



RENATA MENESCAL E PAULA LIMA,

**DIRETORA JURÍDICO-REGULATÓRIA E COORDENADORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DA ABRAGEL**

Riscos globais em 2026 e a segurança energética do Brasil: o papel da fonte hídrica

Em um cenário de menor coordenação global, aumento de risco político e competição tecnológica, países com sistemas elétricos frágeis tendem a se tornar mais vulneráveis nos âmbitos econômico, social e político.

09 DE FEVEREIRO DE 2026, ÀS 10h
TEMPO DE LEITURA: 6 MINUTOS

O mundo entra em 2026 imerso em um ambiente de incertezas geopolíticas, fragmentação institucional e crescente pressão climática. O relatório *Top Risks 2026*, da Eurasia Group, evidencia que a energia deixou de ser apenas um insumo econômico para se consolidar como um ativo de segurança nacional. Em um cenário de menor coordenação global, aumento de risco político e competição tecnológica, países com sistemas elétricos frágeis tendem a se tornar mais vulneráveis nos âmbitos econômico, social e político.

Para o Brasil, essas tendências se manifestam de forma progressiva. Mesmo sem um crescimento acelerado da demanda no curto prazo, eventos climáticos extremos, a eletrificação gradual da economia e os ciclos políticos já exigem maior atenção ao planejamento do setor, reforçando a necessidade de assegurar a segurança do suprimento em paralelo à transição energética. Nesse contexto, a fonte hídrica, especialmente as hidrelétricas de pequeno e médio porte, mantém um papel relevante e frequentemente subestimado.

Energia como risco sistêmico em um mundo fragmentado

O relatório aponta que a fragmentação geopolítica e o enfraquecimento da governança internacional elevam a energia à condição de risco sistêmico. Cadeias globais mais instáveis, conflitos regionais e decisões unilaterais de política econômica pressionam países a priorizar segurança energética, previsibilidade de custos e resiliência da infraestrutura.

No Brasil, que opera um dos maiores e mais complexos sistemas elétricos interligados do mundo, esse desafio é ampliado pela rápida expansão das fontes renováveis intermitentes. Embora fundamentais para a transição energética, essas fontes exigem a complementariedade de ativos capazes de garantir estabilidade, flexibilidade operativa e confiabilidade ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A hidroeletricidade cumpre exatamente esse papel. Não apenas por ser renovável, mas por oferecer capacidade de armazenamento energético, resposta rápida a variações de carga e serviços ancilares essenciais à estabilidade do sistema.



Renata Menescal, da Abragel

Clima extremo, resiliência e o valor da água

O relatório é categórico ao afirmar que eventos climáticos extremos deixaram de ser exceção. Secas prolongadas, ondas de calor, chuvas intensas e picos de demanda ocorrem com maior simultaneidade, pressionando infraestruturas críticas em todo o mundo.

Assim, a discussão não se limita à expansão da capacidade instalada, mas passa a envolver a resiliência do sistema elétrico. Fontes capazes de amortecer essas variações, responder rapidamente a contingências e operar de forma distribuída tornam-se ainda mais valiosas.

As hidrelétricas de pequeno e médio porte, distribuídas por todo o território nacional, contribuem diretamente para a redução de perdas elétricas, o fortalecimento do suprimento regional, o aumento da segurança energética especialmente em áreas afastadas dos grandes centros e suporte à operação do sistema em momentos críticos.

Elas funcionam como amortecedores naturais do SIN, com atributos cada vez mais relevantes diante da imprevisibilidade climática.

Água, energia e geopolítica: um alerta global

Outro ponto sensível destacado pelo Top Risks 2026 é a chamada “weaponização” da água. Em diversas regiões do mundo, a escassez hídrica deixou de ser apenas um desafio ambiental e passou a configurar um fator de risco geopolítico e de segurança, com impactos diretos sobre infraestruturas, como os sistemas de energia.

Embora o Brasil disponha de uma matriz hídrica privilegiada, o cenário internacional reforça a necessidade de políticas energéticas estruturantes e de longo prazo. A preservação dos reservatórios, a garantia do uso múltiplo sustentável da água e o planejamento da expansão hidrelétrica com previsibilidade regulatória são elementos centrais para a segurança do suprimento e para a resiliência do sistema elétrico nacional.



Paula Lima, da Abragel

Eletrificação da economia, IA e nova pressão sobre o sistema

Outro vetor destacado pela Eurasia é o avanço acelerado da eletrificação da economia, impulsionada por veículos elétricos, digitalização industrial e, de forma crescente, pela inteligência artificial e pelos data centers.

Essas tecnologias exigem não apenas mais energia, mas energia confiável, contínua e com padrões de qualidade. Sistemas instáveis ou excessivamente dependentes de fontes intermitentes sem suporte adequado tornam-se menos competitivos.

Nesse contexto, a fonte hídrica oferece uma vantagem comparativa clara, ao prover resposta rápida, suporte à frequência e à tensão da rede e integração eficiente com outras fontes renováveis, reduzindo riscos operacionais. Esses atributos são capazes de amparar o crescimento tecnológico do país sem aumentar a exposição do sistema elétrico a instabilidades operacionais.

Risco político, ano eleitoral e previsibilidade regulatória

O relatório também alerta para o aumento do risco político em economias emergentes, especialmente em períodos pré-eleitorais. A combinação entre pressões sociais, eventos climáticos extremos e volatilidade econômica tende a estimular decisões de curto prazo, muitas vezes prejudiciais a setores de infraestrutura.

Para o Brasil, que se aproxima de um novo ciclo eleitoral, esse ponto deve ser especialmente considerado. Investimentos em geração hídrica exigem previsibilidade regulatória, segurança jurídica e reconhecimento adequado de seus benefícios ao sistema.

Desconsiderar os atributos sistêmicos dessa fonte pode elevar custos, reduzir investimentos e aumentar a exposição do sistema elétrico a falhas, exatamente o tipo de vulnerabilidade que a Eurasia identifica como crítica no cenário global.

Modernização, repotenciação e o futuro da base hídrica

Além da expansão, é fundamental avançar no debate sobre a modernização e a repotenciação do parque hidrelétrico existente. Atualização tecnológica, digitalização da operação e melhor aproveitamento de ativos já implantados permitem ganhos de eficiência e flexibilidade, com menor impacto ambiental e custos mais competitivos.

Essa agenda é também relevante para as pequenas e médias hidrelétricas, que podem ampliar sua contribuição ao sistema a partir de investimentos direcionados e de um ambiente regulatório adequado.

Uma agenda energética alinhada aos riscos globais

O relatório Top Risks 2026 aponta uma lição clara: os países mais bem preparados para o próximo ciclo serão aqueles capazes de articular transição energética, segurança de suprimento e planejamento de longo prazo.

Para o Brasil, esse equilíbrio passa necessariamente pelo reconhecimento do papel da fonte hídrica no funcionamento do sistema elétrico. Mais do que ampliar a participação de renováveis, é preciso assegurar que a transição energética ocorra sem comprometer a confiabilidade do suprimento. A geração hidrelétrica, em especial a de pequeno e médio porte, integra essa equação ao oferecer atributos operativos ao sistema, como flexibilidade, previsibilidade e suporte à operação.

Em um contexto de riscos crescentes e menor coordenação internacional, preservar, ampliar, modernizar e integrar a base hídrica ao planejamento do setor elétrico deixa de ser apenas uma escolha técnica e passa a ser um fator estratégico para o desenvolvimento e a competitividade do país.

Renata Menescal é Diretora Jurídico-Regulatória, e Paula Lima, Coordenadora Administrativa e Financeira da ABRAGEL.

